

43. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
44. Declaração de bens ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
45. Declaração de parentesco;
46. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso.

Protocolo 967350**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Guilherme Santos de Santana Filho.

Objeto: Aquisição de Bicicletas destinadas ao reforço do policiamento ostensivo no entorno deste Ministério Público do Estado.

Nº. da nota de empenho: 2016NE03804.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa:4490-52.

Valor: R\$ 3.700,00 (Três Mil e Setecentos Reais).

Data da Assinatura: 25/05/2016.

Ordenador Responsável: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES.
Protocolo 967572

PORTARIA N.º 1503/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO as férias da Procuradora de Justiça Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 035/2016-MP/CPCÍVEL, datado de 8/3/2016, protocolizado sob n.º 14620/2016, em 9/3/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA para exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 11º cargo, no período de 28 a 31/3/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 21 de março de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1504/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO o afastamento da Procuradora de Justiça Maria da Conceição Gomes de Souza;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 037/2016-MP/CPCÍVEL, datado de 8/3/2016, protocolizado sob n.º 14619/2016, em 9/3/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS para exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 5º cargo, no período de 9 a 11/3/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 21 de março de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1899/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 028/2012-MP/CPJ, de 3 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO o afastamento dos Procuradores de Justiça Adélio Mendes dos Santos e Miguel Ribeiro Baía;

CONSIDERANDO as férias do Procurador de Justiça Ricardo Albuquerque da Silva;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 018/2016/CPJCRIM, de 29/3/2016, protocolizado sob o nº 18303/2016, em 31/3/2016,

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o Promotor de Justiça SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA para exercer na Procuradoria de Justiça Criminal, as atribuições do 7º cargo, no período de 1º a 30/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

II - DESIGNAR o Promotor de Justiça SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVA para exercer na Procuradoria de Justiça Criminal, as atribuições do 9º cargo, no período de 1º a 10/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

III - DESIGNAR o Procurador de Justiça LUIZ CESAR TAVARES BIBAS para exercer na Procuradoria de Justiça Criminal, as atribuições do 11º cargo, no período de 11 a 30/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

IV - DESIGNAR o Procurador de Justiça CLÁUDIO BEZERRA DE MELO para exercer na Procuradoria de Justiça Criminal, as atribuições do 11º cargo, no período de 1º a 30/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de abril de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2228/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO as férias do Procurador de Justiça Mario Nonato Falangola;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 057/2016-MP/CPCÍVEL, datado de 12/4/2016, protocolizado sob n.º 20894/2016, em 12/4/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Procurador de Justiça ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO para exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 4º cargo, no dia 20/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de abril de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2272/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO as férias da Procuradora de Justiça Leila Maria Marques de Moraes;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 053/2016-MP/CPCÍVEL, datado de 12/4/2016, protocolizado sob n.º 20891/2016, em 12/4/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA para exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 9º cargo, nos dias 14 e 15/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de abril de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2822/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO a licença da Procuradora de Justiça Maria da Conceição Mattos Sousa;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 069/2016-MP/CPCÍVEL, datado de 28/4/2016, protocolizado sob n.º 23498/2016, em 29/4/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR os Procuradores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 6º cargo, nos períodos indicados:

I - MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA, de 28/4 a 12/5/2016;

II - MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, de 13 a 27/5/2016;

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de maio de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2823/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO o afastamento da Procuradora de Justiça Maria da Conceição Gomes de Souza para responder pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 074/2016-MP/CPCÍVEL, datado de 4/5/2016, protocolizado sob n.º 24740/2016, em 4/5/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 5º cargo, no período de 4 a 11/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de maio de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 3018/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;

CONSIDERANDO a viagem a serviço do Procurador de Justiça Antonio Eduardo Barleta de Almeida;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 080/2016-MP/CPCÍVEL, de 6/5/2016, protocolizado sob n.º 25835/2016, em 9/5/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Procurador de Justiça RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer na Procuradoria de Justiça Cível, as atribuições do 3º cargo, no período de 9 a 12/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de maio de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 3203/2016-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Redenção;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Redenção;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;

R E S O L V E: